

ELEIÇÕES
86

JAIR SOARES

Por PEDRO CHAVES
Editoria Política/ZH

Governador promete abrir o Palácio a seu sucessor

Faltam 90 dias para Jair Soares deixar o Palácio Piratini, ao qual chegou em 1982, contra as estimativas de que seria impossível um candidato da situação eleger-se governador gaúcho pelo voto direto. Agora, ao ter sido encerrado o processo de votação e quando já se inicia o escurtínio de votos em todo o

Abriu o Palácio Piratini ao futuro governador, para que ele possa ir montando desde já o seu esquema de administração. Esta decisão já foi tomada por Jair Soares, que anuncia uma outra providência: está disposto, desde que o futuro governador queira, a enviar uma mensagem retificativa à Assembléia Legislativa, buscando facilitar a compatibilização das prioridades do futuro governo com o orçamento de 1987. E justifica a importância desta medida: Acho que isto é uma coisa do meu dever. Aliás, sem qualquer ressentimento, pois afinal meu antecessor também não teve este benefício, eu não tive esta oportunidade, quando ganhei as eleições.

Ninguém me disse que eu poderia mandar uma mensagem retificativa. Jair também critica o sistema atual, em que os novos governadores são eleitos em novembro e só assumem em março: "É uma aberração constitucional. Os governadores deveriam tomar posse em 1º de janeiro, data que marca o início de um novo exercício fiscal. Seria mais fácil adequar o orçamento previsto às prioridades da nova administração. Aliás, seria importante processar esta alteração, aproveitando para fazer esta mudança com a nova Carta Magna. Não há sentido em ser eleito em novembro e só tomar posse em março. Especialmente porque hoje se conhece o resultado das eleições em 10 dias, na pior das hipóteses".

Uma das questões que mais incomoda o governador Jair Soares é a acusação de que estaria assumindo um posicionamento antitético ao encaminhar, no período eleitoral,

Estado, ele fala sobre seu posicionamento político, antecipa os principais problemas que seu sucessor enfrentará, e ressalva: a partir de março trabalhará como advogado, "buscando fazer o que não pude até hoje, ou seja, deixar alguma coisa para os meus filhos".

projetos concedendo novos benefícios ao funcionalismo estadual. Ao sofrer este tipo de crítica, ele confessa que fica "até atônito", pois reitera que sua preocupação "desde o início de meu governo, tem sido a de alertar para a séria crise das finanças estaduais": — A bem da verdade deve ser dito, nesta questão do funcionalismo — e eu tenho o testemunho dos deputados que lideram todas as bancadas na Assembléia —, que desde o ano passado, no início da efervescência dos movimentos reivindicatórios, tenho acentuado a preocupação de não gerar um problema para o meu sucessor. Esses parlamentares são testemunhas, pois viveram todas as intermediações que foram, inclusive, propostas pelos integrantes dos diversos partidos.

"Ou vem a reforma tributária ou vamos continuar empobrecendo"

O governador lembra que, dentro do processo de mudanças políticas que o País está sofrendo, os funcionários se mobilizaram, buscando pressionar não só o Executivo, como também os parlamentares dos diversos partidos, para obterem o atendimento às suas reivindicações. E desabafa: "Se eu tivesse concedido tudo, não teria aqui na frente do Piratini enfrentado apitos, tambores, sinos, sinetas, reco-recos e falxas. Eu fiz algumas concessões, mas não todas que eram solicitadas. Atendi as que

eram possíveis. Eu poderia ter jogado tudo para 1987, mas no meu período de governo estou cumprindo, por exemplo, o acordo com o magistério, que teve seu básico fixado em um salário mínimo e meio no ano passado, passou para dois salários em maio deste ano e, agora em novembro, vai para dois salários e meio".

"Nossa economia vai bem, pois o Rio Grande tem vocação para o progresso"

"Quando um candidato diz que vai mudar o Rio Grande e tem como proposta básica a mudança, ele deve ter a solução para problemas do Estado. Como eu não conheço essa fórmula, o tempo dirá, se ele vencer, como pretende mudar. Eu não acredito, a não ser que venha a reforma tributária e a União assumam a dívida dos Estados". Essa é a análise que Jair Soares faz dos problemas que quem vencer as eleições de ontem terá para administrar o Estado, lembrando que até o advento do Plano Cruzado a dívida gaúcha vinha crescendo numa progressão geométrica. Segundo os dados apresentados pelo governador, ao assumir, em 1982, ele encontrou uma dívida de Cz\$ 427 milhões, que até 28 de fevereiro deste ano subira para Cz\$ 20 bilhões: "E o que contribuiu para aumentá-la não foram novos financiamentos, mas justamente a correção monetária e os reajustes cambiais, da ordem de Cz\$ 19 bilhões". Segundo Jair, a correção dos números das isenções fiscais — "que penalizam o Estado" — concedidas nos últimos quatro anos proporciona um total de Cz\$ 51 bilhões. Esses recursos, explica o governador, fizeram muita falta: "É fácil constatar isto. Se em apenas um ano nós não tivéssemos essas isenções, teríamos dinheiro suficiente para resolver o problema da CEEE, a crise da CRT. Sem isenções em quatro anos, teríamos podido asfaltar 3.500 quilômetros de estradas, entre outras obras de infraestrutura. E, o que é mais importante, teríamos zerado a dívida".

"Estado sabe: Não participei da campanha"

"A minha participação direta nas eleições de ontem só ocorreu no momento em que depus meu voto na urna". Assim o governador Jair Soares resume sua posição quanto às especulações de que o desempenho do Partido da Frente Liberal (PFL) nas eleições deste dia 15 servirá para estabelecer uma espécie de julgamento da sua administração, tendo em vista que ele deixou o PDS para aderir ao PFL em meio ao seu mandato.

O governador diz que todo o Estado é testemunha "de que não participei da campanha", acrescentando: "E minha participação nem teria sentido, pois estaria contrariando determinações de ordem legal da própria Justiça Eleitoral. Votar ontem foi minha contribuição direta. Fora disto, cumpro com minhas obrigações constitucionais, ou seja, de administrar o Rio Grande". Sobre a opção que fez de deixar o PDS e ingressar no PFL, Jair reitera: "Mudei em decorrência de posicionamentos de ordem política que julguei serem mais convenientes para o meu Estado". E argumenta

que não foi outra a razão invocada pelo próprio PDS ao coligar-se com o PDT na chamada Aliança Popular: "Eles disseram que para salvar o Estado era preciso criar a Aliança. Acho o argumento válido. Mas as minhas razões são muito mais fortes, pois já sou governador. Eles aspiram a governar o Estado, mas eu já sou governador e, por isto, tenho que tentar salvar o Rio Grande ontem, hoje, agora".

Para Jair Soares, no momento atual é muito difícil estabelecer qual será o futuro de qualquer partido após anunciados os resultados das eleições de ontem. Assim, ele prefere não opinar sequer quanto ao PFL e suas possibilidades de crescer ou sofrer defecções em função do desempenho que tiver neste pleito. E justifica: "Acho sinceramente que a Assembléia Nacional Constituinte, dependendo da sua formação, é que vai indicar o rumo partidário brasileiro. Não se pode, hoje, fazer nenhuma especulação. Ninguém sabe ainda como vão se si-

tuar os posicionamentos no campo político. Aqueles que hoje estão em campos opostos e que ontem estiveram juntos podem, evidentemente, voltar ao mesmo campo".

O governador também desmente que exista qualquer dissidência dentro do PFL, colocando em confronto um grupo "jairista" e outro que apóie o senador Carlos Chiarelli: "Em tempo de guerra, boato na terra. Não existe momento mais propício para essas insinuações e comentários do que o período pré-eleitoral". Depois de acentuar que tem amigos em todos os partidos — "pessoas que eu respeito e que também me respeitam, mas que de uma ou de outra forma se descontrolaram na campanha" — Jair ressalta que nunca teve grupo nenhum: "Meu governo nunca teve facções. Desde o início eu compus minha administração com todas as correntes do partido que me elegeram. E depois, ao mudar de sigla, mantive a composição com todas as correntes do PFL".



Loir Gonçalves/ZH
"Quem diz que vai mudar o Estado, deve ter a solução para os problemas"

Por isto, garante Jair, enquanto a legislação tributária continuar penalizando o Rio Grande do Sul, não haverá como fazer investimentos, atendendo às necessidades do Estado.

Mas o governador faz questão de destacar que, se as finanças públicas vão mal, a economia gaúcha vai muito bem. E até repudia as afirmações de que seria ingovernável: "Com apenas 3% do território nacional, nós temos uma extraordinária produção de vinho, lã, sapatos... É uma coisa impressionante. Haja vista nossa renda per capita. Enquanto a média nacional é de 1.443 dólares, nós estamos com 2.052 dólares".

Jair também destaca a produção no setor petroquímico, de carroçarias para veículos, de implementos agrícolas, de adubos e fertilizantes e de armas e cutelaria, entre outros, para sentenciar: "O Rio Grande é vocacionado para o progresso. Enquanto a nossa economia cresceu 8,7% no ano passado, a média do crescimento brasileiro foi de 8,3%. O que precisamos é equacionar a questão da dívida, que só será possível com a reforma tributária. Que não virá em 87, pois vamos depender da Constituinte, que ninguém sabe quando concluirá seus trabalhos. Acho até que vamos ter que fazer um plebiscito nacional para definir em quanto tempo o povo quer ter a nova Constituição".

Sai do Piratini, mas continua na política

E o que fará Jair Soares a partir do dia 16 de março de 1987, quando deixa o Palácio Piratini? Fica na política; ganha um cargo federal; vai trabalhar como qualquer outro cidadão; ou descansará, vivendo da pensão vitalícia de ex-governador, e de funcionário aposentado da Assembléia Legislativa?

A primeira providência do governador é mostrar seus dois contracheques: o primeiro, de Cz\$ 11.218,04, corresponde aos vencimentos que tem como servidor aposentado do Legislativo: o segundo, de Cz\$ 13.565,03, é do salário do Chefe do Executivo. A partir de março, como ex-governador, passará a ganhar uma pensão equivalente ao salário básico de um desembargador — Cz\$ 30 mil aproximadamente —, à qual será acrescido o vencimento da Assembleia Legislativa.

Embora admita que esse vencimento não o fará passar dificuldades, Jair antecipa que vai trabalhar "para fazer o que até agora não consegui, que é deixar alguma coisa para os meus filhos". Com duas profissões liberais — odontólogo e advogado — ele explica sua opção por atuar no Direito: "Ao assumir a Secretaria da Saúde, em 1971, tive que abrir mão de uma clientela de 10 anos. Não seria fácil formá-la novamente. Assim, vou me dedicar ao Direito da Família e Direito Imobiliário".

Quanto à política, Jair Soares garante que ficará "em quarentena", pois terminado seu mandato não tem outra opção. Mas assegura que vai continuar fazendo política e esperar as próximas eleições para decidir se concorre ou não.

E encerra a conversa lembrando que, como manda a lei, ao sair do Palácio Piratini estará apresentando uma declaração de bens. E faz questão de enumerar os mesmos: "resultado de 27 anos de serviço público"; duas casas herdadas, uma na praia (herdada pela esposa, dona Dionéia) e uma em Porto Alegre (herdada por ele); uma casa em Brasília, adquirida através do BNH "e da qual ainda estou pagando as prestações"; um apartamento de fundos, no edifício Carmem, na José de Alencar; e, ainda por herança (herdou dos pais), três terrenos na praia de Stela Maris, em Santa Catarina, "que, segundo estou informado, não valem, juntos, Cz\$ 200 mil".